

RESULTADOS
2025



LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	87	34
Clientes	5	81	373
Tributos a recuperar	6	157	161
Adiantamentos		1.884	1.883
Total do circulante		2.209	2.451
Não circulante			
Partes relacionadas	11	1.539	1.539
Tributos a recuperar	6	35	-
		1.574	1.539
Imobilizado	8	2.394	2.535
Total do não circulante		3.968	4.074
Total do ativo		6.177	6.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições sociais	10	14	453
Total do circulante		14	453
Não circulante			
Fornecedores	9	4.529	5.108
Partes relacionadas	11	842	911
Total do não circulante		5.371	6.019
Patrimônio líquido			
Capital social	12	3.788	1
Prejuízos acumulados		(3.896)	(3.735)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	11	900	3.787
Total do patrimônio líquido		792	53
Total do passivo e patrimônio líquido		6.177	6.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por quota)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	13	8	7
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	14	(168)	(188)
Lucro bruto		(160)	(181)
Despesas gerais e administrativas	14	(1)	-
Outras receitas		-	2.051
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(161)	1.870
Receitas financeiras	15	1	1
Despesas financeiras	15	(1)	(3)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		-	(2)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(161)	1.868
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	-	(462)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	-	23
Lucro (Prejuízo) do exercício		(161)	1.429
Lucro (Prejuízo) básico por quota - R\$	16	(0,06)	1.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício	16	(161)	1.429
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		(161)	1.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1	(5.164)	-	(5.163)
Lucro do exercício		-	1.429	-	1.429
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	3.787	3.787
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1	(3.735)	3.787	53
Prejuízo do exercício		-	(161)	-	(161)
Aumento de capital conf. ARS de 23 de abril de 2025	12	3.787	-	(3.787)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	900	900
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.788	(3.896)	900	792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13	8	8
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	14	(59)	(79)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Outros custos operacionais	14	(1)	(2.050)
Valor adicionado bruto		(50)	1.979
Depreciação e amortização	14	(109)	(108)
Valor adicionado líquido produzido		(159)	1.871
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	15	1	1
		1	1
Valor adicionado total a distribuir		(158)	1.872
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1	440
Estaduais		1	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	15	1	3
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos/Prejuízos acumulados		(161)	1.429
		(158)	1.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	16	(161)	1.429
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	-	(23)
Depreciação	8	109	108
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	14	59	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de clientes		233	173
(Aumento) de impostos a recuperar		(31)	(32)
(Aumento) de outros créditos		(1)	(1.852)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) de fornecedores		(579)	(1.352)
Aumento (diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais		(407)	497
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		(778)	(1.052)
Atividade de financiamento			
Partes relacionadas		(69)	(2.705)
Recursos destinados a aumento de capital	11	900	3.787
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		831	1.082
Variação líquida do caixa		53	30
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4	34	4
Caixa e equivalentes de caixa finais	4	87	34
Variação líquida do caixa		53	30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS LTDA
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (“Laralsol” ou “Empresa”) possui amplo conhecimento e experiência em sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica no Brasil atuando no setor de energias renováveis desde 2014. Sua sede está na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

A Empresa é parte integrante de projeto de Pesquisa e Desenvolvimento juntamente com entidades de pesquisa científica e a distribuidora e geradora de energia elétrica do estado de Minas Gerais - CEMIG. Tal projeto intitulado Chamada Estratégica 021/2016 da ANEEL visa estudar e desenvolver arranjos técnicos e comerciais para combinação de sistemas de armazenamento e geração de energia e tem a duração estimada de 48 meses a partir da data de início, cuja data homologada foi 03 de outubro de 2017. A Empresa também atua na locação de sistemas fotovoltaicos para empresas prestação de serviços de instalação e montagem.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrente de:

- I. Nota explicativa nº 5 – Clientes;
- II. Nota explicativa nº 13 – Receita operacional líquida.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Empresa avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração – CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do caixa no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – nota explicativa nº 2.3;
- Clientes – nota explicativa nº 5; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco – nota explicativa nº 17.

A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Empresa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Clientes - referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

d) Imobilizado - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado (nota explicativa nº8).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota explicativa nº 8);

e) Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Empresa, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Empresa neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Empresa, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Empresa, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Empresa não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

f) Imposto de renda e contribuição social - despesa de imposto de renda e contribuição social corrente - os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

g) Provisões - são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

h) Ajuste a valor presente - os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

i) Receita operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Empresa somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente;

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

k) Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com a resolução CVM 199/2024 e CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Normas	Descrição
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Normas	Vigência	Descrição
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	87	34
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	87	34

5. Clientes

Descrição	2025	2024
Contas a receber de clientes	505	738
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(424)	(365)
Total Circulante	81	373

a) Segue demonstração do saldo dos clientes faturados por idade de vencimento:

Descrição	2025	2024
A vencer	81	373
Vencidos a mais de 360 dias	424	365
Total	505	738

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

b) Segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável:

Descrição	2025	2024
Saldo inicial - 2024 e 2023	(365)	(286)
Adições	(59)	(79)
Saldo final - 2025 e 2024	(424)	(365)

6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos de tributos a recuperar de saldos negativos de Imposto de Renda e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

Descrição	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS ⁽¹⁾	97	65
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	35	35
Outros	60	61
Total	192	161
Circulante	157	161
Não Circulante	35	-

⁽¹⁾ Referem-se a créditos de tributos a recuperar ou retidos na fonte, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social, que afetaram o resultado do exercício, estão demonstrados a seguir:

Descrição	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(161)	1.868
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	55	(635)
Ajustes:		
Créditos tributários não constituídos no exercício	(55)	199
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	-	24
Créditos tributários constituídos no exercício	-	(27)
Imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo	-	(439)
Alíquota Efetiva	-	23,55%

8. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2024	Depreciação ⁽¹⁾	Saldos em 2025
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	4,00%	3.531	-	3.531
Total em serviço		3.531	-	3.531
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos		(1.377)	(141)	(1.518)
Total depreciação		(1.377)	(141)	(1.518)
Subtotal		2.154	(141)	2.013
Em curso		381	-	381
Total		2.535	(141)	2.394

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2023	Depreciação ⁽¹⁾	Saldos em 2024
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	4,00%	3.531	-	3.531
Total em serviço		3.531	-	3.531
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos		(1.236)	(141)	(1.377)
Total depreciação		(1.236)	(141)	(1.377)
Subtotal		2.295	(141)	2.154
Em curso		381	-	381
Total		2.676	(141)	2.535

⁽¹⁾ A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$32 (R\$33 em 2024).

9. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Materiais, serviços e outros	4.529	5.108
Total Não Circulante	4.529	5.108

10. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	316
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	-	123
Encargos Sociais	12	12
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	2	2
Total - Circulante	14	453

11. Transações com partes relacionadas

A Empresa é controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A (99,9% do capital total), que por sua vez é controlado pela Energisa S/A (89,70% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Empresa:

Descrição	Saldos a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽²⁾
Alsol Energias Renováveis S/A	1.539	(900)
2025	1.539	(900)
2024	1.539	(3.787)

⁽¹⁾ Refere-se a operação de compra para entrega futura.

⁽²⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

12. Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$3.788 (R\$1 em 2024) e está representado por 3.788 (1.000 em 2024) quotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma.

Em ata de reunião realizada em 23 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital Social da Sociedade no valor de R\$ 3.787 passando o capital social da Sociedade de R\$1 para R\$ 3.788, sendo este aumento realizado mediante a emissão de 3.787.411 novas quotas, pelo preço de emissão de R\$1,00 por cada quota.

Todas as 3.787.411 novas quotas ora emitidas são integralmente subscritas e integralizadas pela sócia Alsol Energias Renováveis S.A./ Energisa Soluções S.A., mediante a capitalização do valor disponível na conta de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) decorrente dos aportes realizados até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente registrados na escrituração contábil da Sociedade.

13. Receita Operacional Líquida

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	9	8
Deduções à receita operacional		
PIS / COFINS	(1)	(1)
Total das deduções à receita operacional	(1)	(1)
Receita operacional líquida	8	7

14. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço		Despesa Operacional	Total	
	Prestado a terceiros			2025	2024
Depreciação e amortização	109	-	-	109	108
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	59	-	-	59	79
Outras	-	1	1	1	1
Total	168	1	1	169	188

15. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2025	2024
Outras receitas financeiras	1	1
Total receita financeira	1	1
Outras despesas financeiras	(1)	(3)
Total despesa financeira	(1)	(3)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	-	(2)

16. Lucro (Prejuízo) por quota

O resultado por quota básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de quotas.

Descrição	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	(161)	1.429
Quantidade de quotas	2.526	1
Lucro (prejuízo) básico e diluído por quota - R\$	(0,06)	1.429

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Descrição	2025		2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	87	87	34	34
Clientes	81	81	373	373
	168	168	407	407
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	4.529	4.529	5.108	5.108
Partes relacionadas	842	842	911	911
	3.687	3.687	4.197	4.197

• Administração financeira de risco

A gestão de risco da Empresa visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa e de sua controladora. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Empresa.

a) Risco de liquidez

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Descrição	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	4.529	4.529
Total	4.529	4.529

O risco de liquidez representa o risco de a Empresa enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Empresa monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de serviços e esse risco é administrado através de rigoroso processo de análise da carteira de clientes.

- **Análise de Sensibilidade**

De acordo com o CPC 40, a Empresa realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos e em função de não ter passivos indexados à taxa de juros variável, a sua oscilação não deteriora o resultado da Empresa.

18. Meio ambiente

A Empresa trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

19. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2025, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são como seguem:

Descrição	2025
Atividade de financiamento	
Aumento de Capital	3.787

----- * -----

Fernando Lima Costalonga
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/0-0